

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Letras**

Curso de especialização em Língua Portuguesa: teoria e práticas de ensino de  
leitura e produção de texto - PROLEITURA

Mariana Mendes da Silva

**O REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL NA REDAÇÃO DO ENEM: limitações  
conceituais e pedagógicas**

Belo Horizonte

2025

Mariana Mendes Da Silva

**O REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL NA REDAÇÃO DO ENEM: limitações  
conceituais e pedagógicas**

Monografia de especialização apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Especialização em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Regina Lúcia Péret Dell'Isola

Belo Horizonte

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

## ATA

FACULDADE DE LETRAS  
ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: Teoria e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos

Realizou-se, no dia 21 de julho de 2025, às 15:30 horas, de forma remota, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado O REPERTÓRIO SOCIOCULTURAL NA REDAÇÃO DO ENEM: LIMITAÇÕES CONCEITUAIS E PEDAGÓGICAS, apresentado por Mariana Mendes da Silva, número de registro 2024662506, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, perante a seguinte Comissão Examinadora: Profa. Regina Lúcia Péret Dell' Isola - Orientadora, Profa. Joelma Rezende Xavier (CEFET/MG), Profa. Mônica Baeta Neves Pereira Diniz.

A Comissão considerou o Trabalho:

Aprovado

Reprovado

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 21 de julho de 2025.

Profa. Regina Lúcia Péret Dell' Isola (Doutora)

Profa. Joelma Rezende Xavier (Doutora)

Profa. Mônica Baeta Neves Pereira Diniz (Mestra)



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Baeta Neves Pereira Diniz, Usuário Externo**, em 22/07/2025, às 22:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joelma Rezende Xavier, Usuário Externo**, em 23/07/2025, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regina Lúcia Péret Dell'Isola, Professora do Magistério Superior**, em 24/07/2025, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4393378** e o código CRC **FFFB1B8A**.

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me fortalecer para concluir essa especialização mesmo com todas as dificuldades. Em segundo lugar, a meus pais, Suely e Danilo, pelo incentivo aos estudos desde sempre, por serem exemplos de dedicação, persistência, organização e capricho, mas, acima de tudo, de amor e cuidado.

Ao meu amor, Rafael, por estar ao meu lado, me incentivando, ouvindo, ajudando e acolhendo com carinho e atenção desde a minha formatura no ensino médio até aqui. A minha amada filha, Elis, por ser a minha maior motivação, a minha força e o meu colo nos dias mais difíceis.

A minha família, especialmente aos meus queridos irmãos, Alvinho e Otávio; minhas cunhadas Joyce, Nathy, Cris e Maya; meus concunhados Douglas e Wagner; meus sobrinhos Francisco, Ana Flor, Henrique e Laura e meus sogros, Margarida e Elison, agradeço por torcerem e rezarem por mim, pela ajuda com a Elis e pelos bons momentos, que deixaram o caminho mais leve.

A meus amigos, principalmente os amigos-irmãos Mayara, Bianca, Fabiana e Rômulo (e seus amores e filhotes), pelos abraços, as risadas e boas conversas. À Sarita, por ser a amiga que divide as dores e as delícias da docência e da maternidade comigo. Às amigas das Letras: Naru, Fernanda, Clarice, Lorena e Sabriny, por serem apoio, mas também inspiração. À Mari Ferreira, minha colega virtual de curso, que me acompanhou em boa parte dos trabalhos e dividiu comigo alegrias e sufocos dessa pós.

A meus alunos e minhas alunas, o “combustível” para eu buscar ser sempre uma professora melhor, e a todos os professores e as professoras que me formaram até aqui, sobretudo à professora Regina Lúcia Perét Dell’Isola, que gentilmente orientou este trabalho.

"O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele"  
(Immanuel Kant)

## **Resumo**

Este trabalho analisa criticamente a noção de repertório sociocultural exigida na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), discutindo suas limitações conceituais e a forma como esse conteúdo é explorado nas instituições de ensino brasileiras. O estudo tem como base, para a análise do conceito de repertório sociocultural, as ideias de Bourdieu (2007), Geertz (1989) e Vygotsky (1998), os quais demonstram que ele é construído historicamente, condicionado pelas desigualdades sociais e mediado pelas interações culturais. Argumenta-se que a definição de repertório adotada pelo ENEM tende a legitimar referências hegemônicas, o que pode reproduzir desigualdades e favorecer práticas pedagógicas mecanicistas, baseadas na memorização acrítica de informações. Por fim, o trabalho propõe práticas pedagógicas interdisciplinares que valorizem o uso crítico e significativo de conhecimentos escolares, buscando transformar a sala de aula em um espaço de construção genuína de repertórios socioculturais e de fortalecimento do pensamento crítico dos estudantes.

Palavras-chave: ENEM; redação; repertório sociocultural; educação; práticas pedagógicas.

### ***Abstract***

This paper critically analyzes the notion of sociocultural repertoire required in the essay component of Brazil's National High School Exam (ENEM), discussing its conceptual limitations and the way this content is addressed in Brazilian educational institutions. The analysis draws on the ideas of Bourdieu (2007), Geertz (1989), and Vygotsky (1998), who demonstrate that such repertoire is historically constructed, shaped by social inequalities, and mediated through cultural interactions. It argues that the ENEM's definition of repertoire tends to legitimize hegemonic references, potentially reproducing inequalities and encouraging mechanistic pedagogical practices based on rote memorization. Finally, the paper proposes interdisciplinary pedagogical practices that promote the critical and meaningful use of academic knowledge, aiming to transform the classroom into a space for the genuine construction of sociocultural repertoires and the development of students' critical thinking.

Keywords: ENEM; essay writing; sociocultural repertoire; education; pedagogical practices.

## Sumário

Introdução .....	9
A noção de repertório sociocultural .....	10
Limitações e impactos da noção de repertório sociocultural pelo ENEM .....	14
Um possível trabalho efetivo com repertórios socioculturais na sala de aula .....	18
Conclusão .....	22
Referências .....	24

## **Introdução**

O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), organizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), foi aplicado pela primeira vez em 1998, com o objetivo de avaliar o nível do Ensino Médio nas escolas brasileiras. No entanto, a partir de 2009, assumiu um novo papel, o de ser um exame de acesso ao ensino superior no país, uma vez que, por meio do desempenho na prova em questão, estudantes brasileiros podem ser aprovados em universidades federais pelo Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e conquistar bolsas de estudos em instituições privadas por meio do ProUni (Programa Universidade Para Todos).

A prova do ENEM, atualmente, é realizada em dois dias e é composta por questões objetivas sobre as grandes áreas do conhecimento estudadas no Ensino Médio e por uma proposta de produção de um texto dissertativo-argumentativo acerca de um tema atual de importância para a sociedade. Essa redação vale 1000 pontos e contribui consideravelmente para a avaliação do desempenho dos candidatos, podendo, inclusive, eliminá-los da seleção no caso de uma anulação, ainda que a nota do aluno seja satisfatória em outras disciplinas.

Devido a esse “poder” atribuído à redação do ENEM, o estudo e a produção desse gênero textual têm se tornado foco das instituições de ensino e, também, de diversos cursos denominados pré-Enem e professores particulares no Brasil, os quais se dedicam a orientar seus alunos a produzirem textos que contemplem as cinco competências avaliadas nessa redação específica. Essas competências envolvem, entre outros aspectos, a adequação à norma culta e ao tipo textual, a capacidade de argumentação, a apresentação de proposta de intervenção e de repertório sociocultural, o qual é o foco deste artigo.

Tal exigência tem mobilizado estudantes e professores a produzirem materiais (como mapas mentais e listas) de compartilhamento de referências, a exemplo de conceitos geográficos e biológicos, indicações de filmes, séries e livros, citações de diversos pensadores de variadas épocas e lugares, para que os estudantes adquiram uma base de repertórios que possam ser úteis no momento da escrita. Ao mesmo tempo, muitas pessoas, principalmente no ambiente digital, sendo professores formados ou não na área de Letras, têm compartilhado repertórios “coringas”, a serem memorizados, que, em tese, poderiam se enquadrar em diferentes temas de redação.

Logo, tendo-se em vista o destaque dessa prova de Redação entre os demais componentes das provas do Enem, faz-se relevante refletir a respeito da noção de repertório sociocultural, sua inserção na produção do texto do candidato ao Enem e o modo pelo qual tem sido avaliado. Além disso, também deve-se pensar acerca da validade do uso do repertório como afirmação de um conhecimento genuíno do participante, considerando-se o fenômeno de repertórios decorados da internet, por exemplo, o que pode ter contribuído para um maior rigor nas correções e, conseqüentemente, para uma diminuição nas notas máximas, como ocorreu no exame de 2024, em que houve apenas 12 redações nota 1000.

Visando lançar luz a essas questões, neste artigo discutem-se o conceito de repertório sociocultural, sua importância e possíveis limitações e alguns problemas relacionados a esse conceito. Ao mesmo tempo, pontua-se o papel dos repertórios na formação do pensamento crítico dos estudantes e na aplicação prática dos conhecimentos escolares. Ademais, são apresentadas possibilidades de práticas pedagógicas que podem ser consideradas como forma de se permitir o desenvolvimento de conhecimentos socioculturais dos estudantes de modo mais amplo, que não estejam restritos apenas à utilidade na redação, mas também como mecanismos de linguagem e na formação crítica e cultural desses estudantes.

### **A noção de repertório sociocultural**

De modo geral, o repertório sociocultural é uma informação, legitimada por alguma área do conhecimento, que o aluno utiliza em seu texto visando sustentar algum argumento. Essa exigência pode ser lida como uma maneira de o exame avaliar se o candidato é capaz de mobilizar conhecimentos acadêmicos e culturais, além de vivências pessoais, para sustentar um posicionamento acerca de uma temática de interesse social.

Conforme consta na Cartilha do Participante do ENEM de 2024, um documento no qual o INEP apresenta as exigências e o método de correção das redações do ENEM para os participantes, o repertório sociocultural (“RS” neste trabalho) “se configura como uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribua como argumento para a discussão proposta” (BRASIL, 2024, p. 15).

De acordo com as exigências do exame, deve-se considerar, ao avaliar um RS, a sua legitimação, sua pertinência ao tema e a produtividade do seu uso no texto. Essa categorização ajuda a definir a nota dos candidatos na competência II, a qual avalia, também, a adequação ao tipo textual e ao tema proposto. Tal avaliação define se a redação do aluno será classificada nos níveis 2, 3, 4 ou 5 dessa competência.

No ano de 2020, o INEP disponibilizou em sua página os materiais utilizados pelos revisores oficiais do exame do ano anterior, contendo um arquivo digital com orientações para cada competência avaliada no ENEM. Segundo o material referente à competência II, no processo de avaliação, os corretores são orientados a, inicialmente, identificar se o RS apresentado pelo participante está presente nos textos motivadores ou nas questões da prova; caso estejam, é necessário identificar se o caso é de cópia ou se o aluno apenas se baseou nos textos motivadores. Em seguida, orienta-se a análise dos RS apresentados nos textos de forma a reconhecer “se informações, fatos, citações ou experiências vividas são ou não legitimados pelas Áreas do Conhecimento” (BRASIL, 2019, p. 19). Por fim, se houver a legitimação, o corretor deve verificar se o RS escolhido é pertinente, isto é, se tem relação clara com pelo menos um dos elementos do tema, e se o uso no contexto foi produtivo, se contribuiu para a defesa de um ponto de vista.

É válido pontuar que, de acordo com o material de correção do ENEM, é considerado “repertório sociocultural” toda informação apresentada, ainda que seja baseada nos textos motivadores ou que não seja legitimada, porém, para alcançar uma maior pontuação, é necessário que o participante apresente um RS que seja legitimado e que não esteja presente nos textos da prova. Nesse sentido, considera-se como legitimado:

- Conceitos e suas definições;
- Informações, citações ou fatos e/ou referências a Áreas do Conhecimento, tais como:
  - fatos ou períodos históricos reconhecidos;
  - referência a nomes de autores, filósofos, poetas, livros, obras, peças, filmes, esculturas, músicas etc.;
  - referência a Áreas do Conhecimento e/ou seus profissionais, [...]
  - referência a estudos e/ou pesquisas;
  - referência a personalidades, celebridades, figuras, personagens etc., desde que conhecidos;
  - referência aos meios de comunicação conhecidos, como redes sociais, mídia, jornais (O Globo, Revista Veja, Rede Globo, Folha de S. Paulo etc.) (BRASIL, 2019, p. 11)

Desse modo, percebe-se que a cartilha do ENEM apresenta uma noção ampla do que seria, para eles, um repertório sociocultural, o qual poderia ser interpretado, de forma simplória, como o conhecimento que um aluno de ensino médio tem por meio da sua formação acadêmica, cultural ou pessoal. No entanto só é mais bem avaliado aquele conhecimento que é, de certa forma, verificado, confirmado ou, usando a palavra própria do exame, “legitimado”.

Assim, evidentemente, é notório que as diferentes realidades dos alunos brasileiros refletirão na “bagagem cultural” de cada um deles e, conseqüentemente, suas referências serão diferentes, afinal, algumas pessoas têm acesso mais facilitado – e até mesmo incentivado – ao conhecimento, a depender de sua posição social, de sua formação familiar, da escola em que estudam, das pessoas com as quais convivem, por exemplo. Sendo assim, é válido refletir sobre o que é esperado como repertório de um aluno concluinte do ensino médio e sobre como a forma como esse estudante usará os conhecimentos e as informações que adquiriu ao longo do ciclo de estudos será avaliada. Afinal, o que pode ser considerado “reconhecido” ou “conhecido”? O que é de conhecimento de uma pessoa necessariamente vai ser de outra?

Para essa reflexão, cabe mencionar o conceito de “Capital Cultural” do sociólogo Pierre Bourdieu; de “Concepção de Cultura” do antropólogo Clifford Geertz, de “Interação Social e Cultura” do psicólogo e pensador Vygotsky.

O conceito de repertório sociocultural é frequentemente explorado em estudos das ciências sociais, antropologia e sociologia e refere-se ao conjunto de práticas, crenças, valores, conhecimentos, símbolos e significados acumulados por um indivíduo ou grupo em um contexto social e cultural específico. Esse repertório orienta e informa como as pessoas interpretam e agem no mundo ao seu redor, bem como sua interação em contextos diversos.

Para Bourdieu (2007), o repertório sociocultural é amplamente ligado ao conceito de *habitus*, entendido como um sistema de disposições adquiridas ao longo da vida que molda percepções, ações e condutas do indivíduo. Esse *habitus* é resultado das práticas sociais, da educação e da experiência dentro de um campo social específico. Além disso, o repertório sociocultural é influenciado pelo capital cultural, que abarca os conhecimentos, as competências e habilidades adquiridos por meio da socialização e da educação.

De acordo com Geertz (1989), o repertório sociocultural se insere dentro de uma visão interpretativa da cultura. Ele define a cultura como “um entrelaçamento de significados que o homem próprio tece” e que dá sentido às ações humanas. O repertório sociocultural, nesse sentido, é o simbolismo compartilhado que permite a compreensão dos rituais, das práticas e formas de comunicação em um dado contexto social.

Segundo Vygotsky (1998), o repertório sociocultural é formado por meio da interação social, sendo a cultura o meio mediador do desenvolvimento humano. Por meio do aprendizado interativo, os indivíduos internalizam repertórios de habilidades, conhecimentos e valores que são próprios da comunidade em que estão inseridos. O uso de ferramentas culturais, como a linguagem, é essencial para o desenvolvimento do repertório sociocultural.

Assim, o RS é uma construção dinâmica e complexa, fundamentada nas interações entre indivíduos, grupos e culturas. A partir dessas diferentes abordagens teóricas, podemos compreender como ele influencia comportamentos, práticas e interpretações no contexto social, variando de acordo com o tempo, os valores e as relações dentro de um grupo ou sociedade.

Em resumo, as três perspectivas apresentadas reiteram a ideia de que a formação sociocultural de uma pessoa depende do ambiente em que ela está inserida e de suas interações com as outras pessoas. Logo, essa visão reforça a necessidade de a escola ser um lugar de enriquecimento de RS, uma vez que, para muitos, pode ser esse o único espaço de leitura ou de aquisição de novos conhecimentos.

Pode-se entender que o ENEM espera que os participantes tenham a capacidade, justamente, de mobilizar os conhecimentos adquiridos, sobretudo no ambiente escolar, para se posicionarem diante de um problema social. Contudo, a forma ampla e pouco precisa como eles definem RS tem um impacto, também, na forma como as instituições de ensino trabalham os conteúdos acadêmicos enquanto repertórios a serem usados nos textos. Logo, é necessário refletir sobre essas limitações.

### **Limitações e impactos da noção de repertório sociocultural pelo ENEM**

O “Capital Cultural” seria o conjunto de conhecimentos, habilidades, práticas culturais e formas de educação que um indivíduo acumula ao longo da vida e que ajudam a definir sua posição social. Ele é herdado entre gerações e legitima o *status* social de alguns grupos, assim contribui para a reprodução de desigualdades sociais.

Bourdieu (2007) classifica o “Capital Cultural” em três estados: o incorporado (o *habitus*), já mencionado; o objetivado e o institucionalizado. O primeiro se relaciona à formação pessoal do indivíduo e demanda esforço e interesse, como a prática de um instrumento musical. Seguindo essa linha de pensamento, um estudante proveniente de um lar que tem o hábito de ler, ouvir diferentes músicas, frequentar espaços culturais e fazer viagens, por exemplo, provavelmente apresentará um leque maior de conhecimentos que um colega que não vive a mesma realidade.

Já o estado objetivado diz respeito aos bens materiais que uma pessoa possui, como livros, discos, obras de arte, instrumentos musicais etc. Assim, a aquisição desses itens culturais, inevitavelmente, está ligada a uma maior oportunidade de apreciá-los, conhecê-los, explorá-los, ainda que algumas pessoas os acumulem somente por *status*. Logo, a possibilidade de possuir esses bens está relacionado ao poder aquisitivo, o que não é a realidade de boa parte da população brasileira.

Por fim, o estado institucionalizado é o representado pela figura do diploma, da formação acadêmica, que, em tese, legitima o “Capital Cultural” de um indivíduo, possibilitando sua ascensão social e conferindo-lhe prestígio. Na visão de Bourdieu, as instituições escolares reproduzem as desigualdades sociais refletidas pelo “Capital Cultural”, já que favorece aqueles que já o possuem e acaba por excluir aqueles que não possuem um sólido suporte cultural. Entretanto, vendo-se em outra perspectiva, é necessário converter a escola em um espaço de acesso a bens culturais para os grupos menos favorecidos.

A partir da definição que se tem de repertório sociocultural pelo INEP, é possível discutir sobre o que pode, afinal, ser categorizado dessa forma nas redações dos estudantes brasileiros. Assim, a ideia de legitimação pode ser questionada, visto que é lícito refletir sobre quem seria a pessoa ou o grupo responsável por tachar como legítimas determinadas referências. Logicamente, com base na ideia de “Capital

Cultural”, é esperado que será legitimado aquilo que está de acordo com o que é visto como clássico, culto, amplamente reconhecido e “aceito”.

Em outra linha, ao analisar o primeiro tópico da lista do manual dos corretores, “Conceitos e suas definições”, cabe o questionamento: qualquer conceito seria aceito como legitimado? E se o conceito for criado pelo próprio participante no momento da escrita? Seria justo não pontuar esse texto, considerando-se que tal conceito seria parte da formação cultural do aluno que o criou, logo, parte do seu repertório sociocultural? Esses questionamentos ajudam a compreender por que essa definição apresentada pelo ENEM pode ser limitada e afetar, inclusive, o trabalho de revisão dos textos.

Seguindo-se essa lógica da legitimação, a possibilidade de citar um estudioso (filósofo, sociólogo, educador etc.) dá margem para o aluno mencionar um nome conhecido dele, como um professor da escola ou um médico que o atende, por exemplo. Tendo-se como base as diretrizes da correção do ENEM, esse RS não pode ser desconsiderado, mas dá abertura, também, à possibilidade de o aluno inventar nomes e personagens. Desse modo, esse comportamento não seria o mais adequado para um exame nacional da importância do ENEM, o qual tem, justamente, o objetivo de avaliar quem está escrevendo a redação. Assim, essa definição mais ampla torna-se um obstáculo para a eficiência do processo de correção dos textos.

Da mesma maneira, cabe analisar outros tópicos, como a referência a personalidades, celebridades e personagens. Esse aspecto também apresenta limitações, uma vez que determinados nomes, principalmente do ambiente digital, evidenciados pelos chamados “influenciadores”, são mais “nichados”, ou seja, representam determinados grupos nos quais são mais conhecidos, como *gamers*, torcedores de futebol, adolescentes, leitores etc. Portanto, é natural que alguns nomes não sejam conhecidos de grande parte da população, mas sejam muito relevantes para um grupo específico, como pessoas mais jovens. Logo, além de, novamente, o risco de o aluno criar nomes existir, é possível que os corretores do texto dos alunos não reconheçam o nome mencionado.

É válido mencionar que os revisores do ENEM precisam corrigir um número determinado de textos por dia, o que dificulta a conferência de RS de todos os textos, então, em geral, certamente muitos deles devem aceitar o repertório identificado no

texto do candidato, se ele estiver devidamente apresentado na redação. Essa escolha pode ser benéfica para o estudante, considerando-se a atribuição de nota, contudo, até que ponto é positivo legitimar um repertório inventado por um aluno, por exemplo? Da mesma forma, isso pode ocorrer com nomes de filmes, séries e outras obras ficcionais.

Nesse sentido, a busca incessante pela ampliação de repertórios dos estudantes passou a ser uma meta para escolas, cursos e professores em todo o país. Com esse objetivo, compartilham-se, principalmente na internet, diferentes materiais com listas de indicações de filmes, séries, músicas, citações e leis sobre os mais variados temas possíveis. Naturalmente, em muitos casos, a leitura desses materiais é superficial e os alunos decoram alguns nomes e conceitos que podem, eventualmente, ser usados na hora da escrita. Esse fenômeno traz alguns impactos relevantes, como a pouca reflexão acerca de informações e conhecimentos importantes, ocasionando, por vezes, até mesmo interpretações equivocadas de alguns conteúdos, e a busca por repertórios “coringas” ou modelos prontos, os quais já têm sido alvo de atenção por parte do INEP.

Como ponto de partida dessa análise, cabe destacar o hábito da “decoreba” nesse contexto. A partir do momento em que o aluno passa a procurar referências para sua escrita e as instituições de ensino parecem investir em fornecer alguns dados “coringas” com o objetivo de o candidato ser bem-sucedido nesse quesito. São fortes os indícios que se investe mais na quantidade e na variedade de informações do que na capacitação do aluno de buscar, entre seus conhecimentos, aquele de que ele pode lançar mão na construção de seu texto por ser seu próprio repertório sociocultural (e não o que lhe fora “emprestado”). Há uma inversão de propósitos. Ou seja, a intenção de ensinar um conteúdo para a formação do estudante, muitas vezes, passa a ser secundária, dando lugar à necessidade de acumular mais nomes, citações e conceitos vagos que podem ser aproveitados apenas no momento da escrita.

Esse fenômeno leva a outro problema, que é a leitura superficial de conceitos filosóficos e sociológicos. Na tentativa de simplificar alguns conteúdos de modo a deixá-los mais compactos para não tomar muito espaço da redação, algumas informações são lidas de forma simplória e perde-se a oportunidade de aprofundamento nesses tópicos. Um exemplo clássico disso é a indicação do uso da

obra “Utopia”, de Thomas More, normalmente na introdução da redação, para ilustrar um lugar em que não existem problemas. A redução da obra a esse significado diminui sua importância na história e na literatura e desconsidera a narrativa e outros elementos que são nela tratados. O mesmo acontece com obras como “Cibercultura”, de Pierre Lévy, que por vezes é mencionada para afirmar que “a sociedade é superconectada” apenas, sem se aprofundar nas reflexões que o filósofo traz no livro acerca dessa realidade.

Outro fator que merece destaque é que todas essas exigências em torno da redação do ENEM acabam tendo como resultado uma atenção exagerada das escolas a esse gênero textual específico. Consequentemente, visando resultados satisfatórios de seus alunos, além de desestimular a escrita de outros gêneros textuais, algumas instituições passam a treiná-los para seguirem estruturas padronizadas, desestimulando uma escrita mais autoral, o que é, de certo modo, irônico, uma vez que a “autoria” é um aspecto exigido na redação para alcançar um melhor desempenho. Com isso, observam-se cada vez mais textos sem personalidade, apresentando palavras arcaicas e construções antiquadas que dificilmente seriam utilizadas por um adolescente em outro contexto, com referências e analogias “forçadas” que podem, inclusive, levar a argumentos inconsistentes e incoerentes.

Devido a esse cenário, uma notícia do G1, de 2024, afirmou que o INEP teria orientado os corretores daquele ano a terem um olhar mais atento a textos que recorriam a esses repertórios decorados, chamados de “repertórios de bolso” (TENENTE, SANTOS, 2024), segundo a reportagem. Coincidência ou não, o número de notas máximas no ano em questão foi baixo, apenas 12, sendo somente uma delas de escola pública. Nesse sentido, pode-se dizer que já há, de certo modo, uma preocupação em evitar e até mesmo punir esses modelos prontos que, inclusive, já são vendidos na internet. Esse rigor pode ser necessário para que haja uma preocupação maior das escolas, dos professores e, claro, dos alunos em, de fato, trabalhar com os conteúdos de modo que o seu uso no ENEM seja uma consequência do aprendizado, não a principal finalidade.

Nesse contexto, é fundamental que o trabalho com a redação nas escolas seja realizado de forma crítica, considerando-se a leitura e a produção de diferentes gêneros textuais, levando-se em conta o contexto social de escrita, e a

interdisciplinaridade. A exigência de um repertório sociocultural na redação, por si só, não se caracteriza como um problema. Na verdade, essa é uma interessante maneira de apresentar aos estudantes novos conhecimentos, porém é essencial que isso seja feito de uma forma didática, eficiente e até mesmo lúdica, não somente utilitária. É necessário que professores e alunos compreendam que todo o percurso estudantil durante o ano letivo traz conteúdo válido e legitimado para ser usado como RS.

### **Um possível trabalho efetivo com repertórios socioculturais na sala de aula**

Entre as competências específicas de Linguagens e suas tecnologias para o ensino médio na BNCC, consta:

Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas. (BRASIL, 2018, p. 490)

Tomando-se como base essa competência, é esperado que estudantes brasileiros, em suas formações escolares, sejam incentivados a apreciar diferentes manifestações artísticas e culturais, como livros, músicas, filmes e peças teatrais, por exemplo, e que façam um trabalho crítico acerca dessas obras a fim de reconhecer os significados de cada uma delas. No entanto, destaca-se, aqui, o caráter estético, ou seja, é importante que a apreciação dessas produções passe, antes de tudo, pela fruição, pela admiração pelas obras.

Contudo, alguns entraves, como a necessidade de apressar os conteúdos para cumprir prazos de planejamento ou a existência de turmas muito heterogêneas, fazem com que professores não consigam realizar trabalhos mais aprofundados de leitura e interpretação de alguns textos. Ao mesmo tempo, como já dito anteriormente, o excesso de informações compartilhadas na contemporaneidade cria alunos que necessitam de conteúdos objetivos, concisos, muitas vezes superficiais, para conseguirem apresentar ao menos uma informação em seus textos, o que contribui para um uso pouco reflexivo de obras que podem ser muito ricas para a formação estudantil.

Essa metodologia reproduz, usando as palavras de Paulo Freire (1978), uma “educação bancária”, já que “em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’, depósitos que os educandos, meras incidências, recebem

pacientemente, memorizam e repetem” (p. 66). Ou seja, o estudo produtivo de um conteúdo, muitas vezes, não acontece de forma efetiva, considerando-se toda a sua potencialidade, porque o objetivo principal, em alguns casos, é simplesmente o acúmulo de referências a serem citadas na redação.

Desse modo, é possível pensar em uma inversão de perspectivas, ou seja, em vez de o professor propor estratégias de busca de repertórios socioculturais, por vezes de forma acrítica, ele pode propor atividades de reflexão sobre temas atuais ao mesmo tempo que revisa conteúdos de coesão textual, por exemplo, ou propor a produção de resenhas de filmes, séries e livros os quais podem, posteriormente, sim, serem usados como RS na redação. Além disso, atividades desse formato permitem a interdisciplinaridade e podem culminar em projetos interessantes na escola.

Partindo dessa visão, apresento duas propostas que poderiam ser desenvolvidas nesse formato: uma de leitura de canções sobre vozes marginalizadas e a outra de reflexões sobre o papel da mulher na sociedade.

O rap e o funk são gêneros musicais muito presentes no cotidiano de adolescentes brasileiros, então realizar atividades com essas manifestações musicais pode ser uma forma de aproximá-los da aula e fazê-los refletir sobre o que estão escutando. Ademais, muitas canções desses gêneros são “retratos” de locais marginalizados e ignorados, ou seja, dão voz a pessoas que vivem às margens dos grandes centros urbanos.

Assim, na primeira atividade, as turmas podem ler e ouvir alguma canção selecionada e fazer um exercício de interpretação que considere a identificação das “vozes” retratadas no texto, por exemplo. Todo o trabalho com as canções pode ser feito de forma interdisciplinar com os conteúdos das Humanidades: a Geografia pode explorar o processo de urbanização das cidades; a História, traçar a história da discriminação de alguns grupos no processo de formação do país; a Sociologia e a Filosofia, discutirem a ideia de marginalização e formas de se conviver eticamente com as diferenças. Além do mais, nas Artes, é possível traçar um paralelo com a arte de rua e o grafite e, na Literatura, abre-se espaço para a leitura de autores como Conceição Evaristo e Sérgio Vaz. Há, ainda, a possibilidade de estudar variação linguística no projeto.

Pode ser interessante, também, permitir que os alunos selecionem músicas para serem discutidas com a turma, colocando-se o estudante como participante ativo do exercício, cuidando, evidentemente, de orientá-lo quanto à escolha da música, evitando canções que possam ser ofensivas e inadequadas para o ambiente escolar. Assim, ele pode se sentir mais motivado em participar das atividades. Por fim, pode-se propor a produção textual de raps ou poesias acerca de vozes marginalizadas no país, os quais podem ser apresentados em forma de sarau ou em uma batalha de rimas, por exemplo. As músicas trabalhadas e selecionadas pelas turmas podem compor uma *playlist* colaborativa, também.

Como segunda proposta, uma temática relevante a ser abordada é o papel da mulher na sociedade. Tal discussão pode ser feita a partir da leitura crítica de textos jornalísticos que tratem de casos de violência contra a mulher, por exemplo, com a qual é possível analisar discursos e realizar atividades de coesão e coerência textuais nas aulas de Língua Portuguesa.

Da mesma forma que no projeto anterior, é possível pensar nos lugares que a mulher ocupa na sociedade atual por meio do trabalho conjunto com o conteúdo de História e com a leitura de autoras de diferentes épocas e realidades, assim como com a apreciação de obras artísticas – músicas, pinturas, esculturas, filmes e séries – de, e sobre, mulheres.

Assim como o projeto anterior, é essencial definir uma culminância para a atividade de modo a envolver os alunos na discussão em questão. Assim, pode-se criar uma página *on-line* de resenhas sobre as obras trabalhadas ou uma lista de indicações de outras obras. É aconselhável, também, organizar um painel, na escola, em que os discentes possam programar pequenos seminários e mesas-redondas para apresentarem suas reflexões sobre o tema.

Tais propostas estão apresentadas aqui de forma superficial, podendo ser adaptadas e “extrapoladas” de acordo com a realidade e os objetivos de cada professor. A intenção por trás delas, no entanto, é a mesma: explorar conhecimentos diversos para a formação cultural e cidadã dos alunos e, concomitantemente, utilizá-las como material pedagógico para os conteúdos previstos no currículo do Ensino Médio. Desse modo, todas os exercícios de leitura, interpretação e produção textual dessas propostas têm objetivos claros e os conteúdos são, efetivamente, estudados,

analisados e aproveitados de diferentes maneiras e não simplesmente decorados para um uso superficial em uma redação.

Da mesma forma que as propostas apresentadas, outras podem ser pensadas, como a discussão de temas ambientais, por intermédio do uso de conceitos da Biologia; a compreensão de conflitos geopolíticos atuais, aliada ao estudo de mapas na Geografia; o trabalho com vocabulário e cultura estrangeiros por meio da apreciação de canções e filmes em inglês e espanhol entre outras possibilidades.

É fato que atividades desse tipo já são realizadas em algumas instituições de ensino, mas, muitas vezes, esses conhecimentos são ignorados, tanto por alguns professores quanto pelos alunos, quanto a sua validade como RS para uma redação e, conseqüentemente, reforça-se a ideia de que é mais seguro decorar determinados RS vagos e superficiais que, em tese, podem ser utilizados em textos sobre qualquer tema.

Contudo, é necessário reiterar que toda a produção de conhecimento no ambiente escolar pode se configurar como repertório sociocultural. Pensando dessa forma, pode-se reforçar com os alunos a necessidade de atenção ao estudo durante todo o ano letivo, considerando-se que os conteúdos não são somente “matérias de prova”, mas também um material rico e útil para a formação de repertório sociocultural para a redação.

Ainda que uma das intenções deste artigo seja apresentar propostas em que os conhecimentos sejam trabalhados por si só, sem intenção de serem simplesmente ferramenta para a redação do ENEM, nada impede que professores pensem em atividades e metodologias de organização e curadoria desses conteúdos para facilitar a utilização dos conhecimentos como RS posteriormente. Há a possibilidade de se propor a criação de resumos e mapas mentais ao final de cada conteúdo ou a produção de portfólios, páginas *on-line* em redes sociais, listas, *playlists* e/ou *podcasts* em que os alunos organizem os conceitos e os conteúdos aprendidos e os analisem a seu modo.

O importante, na verdade, é atribuir ao aluno o trabalho de analisar o que é aprendido, de conseguir sistematizar seus conhecimentos e, de fato, construir o seu leque de RS. É fundamental que os alunos consigam enxergar sentido nas matérias que estudam ao longo do ano, que sejam capazes de perceber que esses

conhecimentos serão, efetivamente, utilizados por eles em algum momento, sobretudo no contexto atual, em que, cada vez mais, ganha força um discurso contrário à ideia da educação como meio de ascensão social.

Conforme já afirmado aqui, o problema não está relacionado à obrigação, por parte do ENEM, de o aluno apresentar um RS em sua redação, mas sim à forma como esse RS é formado pelos alunos. É justa e válida a estratégia do INEP de avaliar a aplicação dos conhecimentos dos candidatos no texto, ainda que sejam claros os abismos sociais e educacionais no processo de formação desses conhecimentos. Assim, também é justo e válido que as escolas se configurem como um espaço que permita que os adolescentes do ensino médio construam esse repertório de forma genuína, aprendendo verdadeiramente, ao mesmo tempo que tenham a possibilidade de ler e produzir textos de diferentes gêneros, conheçam e apreciem diversas obras culturais e até mesmo compreendam o funcionamento de sua língua por meio dessas atividades.

## **Conclusão**

A análise realizada neste trabalho permitiu evidenciar que a noção de repertório sociocultural exigida pelo ENEM, ainda que se apresente como uma estratégia legítima de avaliação da capacidade argumentativa dos estudantes, possui limitações significativas em sua definição e na sua aplicação prática. Observou-se que o conceito de repertório sociocultural adotado pelo INEP privilegia referências consideradas legitimadas por determinadas áreas do conhecimento e por parâmetros culturais hegemônicos, o que pode reproduzir desigualdades já presentes na realidade brasileira.

As visões de Bourdieu (2007), Geertz (1989) e Vygotsky (1998) demonstram que o repertório sociocultural é construído de forma dinâmica, histórica e social, sendo profundamente condicionado pelas interações, pelas práticas educativas e pelas desigualdades no acesso a bens culturais. Essa perspectiva mostra que a expectativa de uma apresentação uniforme de repertórios por parte dos candidatos ignora as múltiplas realidades e formações dos estudantes, desprivilegiando aqueles que não têm acesso a referências legitimadas pelos grupos sociais dominantes.

Além disso, a forma como a exigência de repertório sociocultural é trabalhada em muitas escolas, frequentemente de forma utilitarista e mecânica, incentiva práticas

de memorização sem criticidade e o uso de repertórios “coringas” ou superficiais. Isso empobrece o processo de ensino-aprendizagem, restringindo o desenvolvimento do pensamento crítico e a apropriação genuína do conhecimento, além de limitar as atividades pedagógicas em sala de aula. Essa situação se reflete na uniformização das produções textuais, com reduções conceituais, argumentos frágeis e construções artificiais, distantes da autoria efetiva que o próprio ENEM espera e valoriza em seus candidatos.

Diante desse cenário, defende-se, neste artigo, que as instituições de ensino devem assumir um papel mais crítico e transformador, promovendo práticas pedagógicas que ampliem o acesso a diferentes manifestações culturais e artísticas, estimulando a reflexão sobre questões sociais e incentivando a apropriação significativa dos conteúdos curriculares. As propostas pedagógicas apresentadas, muito focadas na interdisciplinaridade, na valorização de linguagens artísticas e na reflexão crítica, apontam caminhos possíveis para ressignificar o trabalho com o repertório sociocultural em sala de aula.

Conclui-se, dessa forma, que o problema não está na exigência de repertório sociocultural na redação do ENEM em si, mas na forma limitada e pouco contextualizada como ele é definido, ensinado e avaliado. Para garantir que essa exigência se converta em um verdadeiro instrumento de democratização do conhecimento e formação cidadã, é fundamental que as escolas promovam trabalhos significativos de leitura, análise e produção de diferentes gêneros textuais, de modo a fortalecer o pensamento crítico, a autoria e a capacidade argumentativa dos estudantes, respeitando e valorizando as múltiplas culturas e os diversos saberes que compõem a sociedade brasileira.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Cartilha do participante: redação no Enem 2024**. Brasília: Inep, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enem Redações 2019. Material de Leitura – Módulo 4 - Competência 2**. Brasília: Inep, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

SANTOS, Emily; TENENTE, Luiza. *Inep orientou descontar pontos de redações do Enem 2024 que usaram repertório 'forçado' ou modelos prontos, dizem corretores*. G1, São Paulo, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2024/noticia/2024/11/27/inep-orientou-descontar-pontos-de-redacoes-do-enem-2024-que-usaram-repertorio-forcado-ou-modelos-prontos-dizem-corretores.ghtml>. (Acesso em 20 jun. 2025).

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.